

Lula decide vetar aumento no número de deputados

Decisão sairá nesta quinta. Comissão especial aprova IR

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu vetar o Projeto de Lei Complementar que eleva o número de deputados federais de 513 para 531 (PLP 177/2023). A decisão deve ser publicada na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (17). Com a medida, o texto retornará para o Congresso Nacional decidir se derrubará, ou não, o veto. Caso os congressistas derrubem o veto presidencial, a mudança já passa a valer a partir das próximas eleições em 2026.

Inicialmente, Lula foi aconselhado a não se posicionar sobre o tema – para evitar mais desgaste com o Legislativo –, transferindo a responsabilidade para o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Contudo, em reunião com ministros nesta quarta, o presidente optou por vetar o projeto, atendendo recomendação do Ministério da Fazenda, que alega que o PLP não cumpre com a previsibilidade orçamentária e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O possível aumento de deputados federais visa equilibrar o crescimento populacional e veio após o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2023, acatar um recurso do governo do Pará que apontou uma omissão do Poder Legislativo em atualizar o número de deputados de acordo com a mudança populacional. Considerando a Câmara dos Deputados como a Casa que representa o povo brasileiro, a Constituição Federal determina que o número de deputados seja proporcional ao total de moradores de cada es-



Relatório de Lira aumenta isenção e taxa os mais ricos

tado. Nos últimos anos, alguns estados tiveram um crescimento populacional e outros uma queda, mas não tiveram uma distribuição das cadeiras.

Segundo informações da Diretoria-Geral da Câmara, a medida custaria um impacto orçamentário de R\$ 64,8 milhões por ano (considerando não apenas os novos parlamentares, como também a equipe de seus gabinetes). Porém, os relatores acataram uma emenda que limita o impacto orçamentário, prevendo que um impacto de R\$ 10 milhões por ano. O projeto vem sendo criticado pela população.

IRPF

Além disso, nesta quinta-feira (16) a Comissão Especial na Câmara dos Deputados criada para analisar o projeto de lei apresentado pelo governo federal que altera as regras do Imposto de Renda (PL 1087/2025) aprovou o parecer do relator da medida, deputado

Arthur Lira (PP-AL). O texto segue para votação no plenário da Casa, com previsão para ser apreciado em agosto.

O texto amplia a isenção do pagamento do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, além de uma redução parcial de imposto para quem recebe entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Para compensar a perda arrecadatória com a medida, o texto determina uma taxaação progressiva, que começará para aqueles quem ganham R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), e finalizaria com uma taxaação de 10% para quem tem uma renda anual a partir de R\$ 1,2 milhão.

Ao Correio da Manhã, o advogado tributário sócio do Ernesto Borges Advogados Sandro Miguel Júnior, afirmou que, na prática, essa medida “significa mais dinheiro no bolso do trabalhador, o que pode estimular o consumo e aliviar o orçamento familiar”.

“Em resumo, a proposta fa-

vorece diretamente quem vive de salário, corrige distorções da tabela do imposto de renda e avança na direção de um sistema mais justo e progressivo”, ponderou o tributarista.

Por outro lado, ao ser questionado pela reportagem, Sandro Júnior acredita que o texto não deve ser aprovado, ao menos na forma como se encontra. O advogado lembrou que o Brasil já tributa a renda de pessoas jurídicas, “ou seja, os lucros das empresas já pagam impostos” como o Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (IRPJ), que atualmente é de 15%, e a a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que varia dependendo a instituição. O parecer de Lira colocan um limite de 34% na tributação combinada de pessoas físicas e jurídicas consideradas de alta renda (que tenham carga tributária total que seja a soma do IRPJ e a CSLL pagos pela empresa ao imposto mínimo devido pelo sócio).

Após ameaças tarifárias, Lula registra alívio em pesquisa

Por Karoline Cavalcante

Dias após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), ameaçar impor uma tarifa extra de 50% sobre produtos brasileiros, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) registra os primeiros sinais de alívio em meio à queda de popularidade. De acordo com a nova pesquisa Genial/Quaest, divulgada nesta quarta-feira (16), a desaprovação ao chefe do Palácio do Planalto ainda é superior à aprovação, mas a diferença entre os dois indicadores diminuiu.

Desde julho de 2024, os levantamentos vinham indicando uma trajetória de crescimento na rejeição ao governo. No entanto, os dados mais recentes mostram uma leve reversão dessa tendência. Entre maio e julho deste ano, a aprovação subiu de 40% para 43%, um aumento de três pontos percentuais, enquanto a desaprovação caiu de 57% para 53%, uma redução de quatro pontos. Com isso, o saldo negativo passou de 17 para 10 pontos percentuais.

Fora da base

A melhora mais significativa ocorreu fora da base tradicional de apoio ao petista. Entre os eleitores que não se identificam com o PT, a desaprovação caiu de 64% para 56%, enquanto a aprovação subiu de 32% para 40%. A diferença negativa, portanto, foi reduzida de 32 para



Lula melhorou em segmentos fora do apoio tradicional

16 pontos.

Também houve avanços entre públicos específicos. Entre os eleitores com ensino médio completo, a diferença entre aprovação e desaprovação caiu de 31 pontos percentuais em maio para oito em julho. Entre os que têm renda entre dois e cinco salários mínimos, a diferença caiu de 19 para nove pontos. Já entre os que não recebem o Bolsa Família, a diferença negativa diminuiu de 24 para 14 pontos percentuais.

A imagem do governo também apresentou leve melhora na avaliação geral. A fatia que considera o governo ruim ou

péssimo caiu de 43% para 40%. Já a avaliação positiva subiu de 26% para 28%, enquanto os que o consideram regular mantiveram-se em 28%.

Ameaças tarifárias

A pesquisa também investigou os fatores que podem ter contribuído para essa recuperação. Um dos elementos analisados foi a repercussão da carta enviada por Trump a Lula, na qual o ex-presidente americano ameaçou aplicar tarifas adicionais a produtos brasileiros. Segundo o levantamento, 66% dos entrevistados tomaram conhecimento do episódio,

enquanto 33% não estavam informados.

Entre os que souberam do caso, 79% afirmaram que as tarifas impactariam negativamente suas vidas, e apenas 17% disseram que não seriam afetados. Quando questionados sobre a declaração do republicano de que a relação entre Brasil e Estados Unidos seria injusta, 63% discordaram da afirmação, enquanto 25% concordaram.

Sobre as declarações do líder da Casa Branca em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), 72% dos entrevistados consideraram equivocada a tentativa de justificar a imposição de tarifas com base na suposta perseguição do ex-chefe do Executivo no Brasil. Apenas 19% concordaram com a argumentação do republicano. 57% avaliaram que Trump não tem o direito de criticar o processo em que Bolsonaro é réu no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Ricos contra pobres”

Segundo o diretor da Quaest, Felipe Nunes, a economia parece ter um papel coadjuvante na melhora da popularidade do governo, embora a variação seja pequena.

Nota-se que esse aumento na popularidade do Executivo não ocorreu devido à estratégia de comunicação voltada à defesa da taxaação dos super-ricos. A ideia de “justiça tributária” só ficou conhecida por 43% da população.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Trump mandou investigar meio de pagamento

Direita preocupada com ação americana contra o Pix

A decisão do governo norte-americano de incluir o Pix entre eventuais práticas ilegais de comércio fez aumentar as críticas entre integrantes da direita ao alinhamento da família Bolsonaro a Donald Trump.

Para esses políticos, a medida tomada pelos Estados Unidos de investigar o Pix joga no colo do bolsonarismo um problema que era da administração

Lula (PT), volta e meia acusada de tentar criar problemas para o método de pagamento implantado pelo Banco Central. Em janeiro, a popularidade do presidente despencou após o anúncio de mudanças no controle das transações feitas pelo sistema.

“Mexer com o Pix é como xingar a mãe”, resume um deputado conservador que pediu anonimato.

Armadilha

De acordo com outro político, ao elogiar Jair Bolsonaro e classificar de injusto o processo contra ele, Trump, na prática, criou uma armadilha para Jair Bolsonaro. O ex-presidente ficou sem poder criticar decisões da Casa Branca que prejudicam interesses brasileiros.

Diretrizes

Ao afirmarem que o Brasil deveria anistiar presos e acusados de golpe para se livrar da retaliação norte-americana, o senador Flávio Bolsonaro e seu irmão Eduardo, deputado licenciado, pioraram a situação: deram a Trump o direito de definir pautas de questões internas.



Almeida diz que fatos complicam aliança com Tarcísio

Para cientista político, Bolsonaro errou no cálculo

Para o cientista político Alberto Carlos Almeida, Bolsonaro calculou mal as consequências de uma intervenção de Trump na política brasileira. “Isso mexe com patriotismo, nacionalismo. É complicada a ideia de ter alguém de fora prejudicando o Brasil para favorecer a família Bolsonaro”, ressalta.

Autor de “A cabeça do brasileiro”, Almeida afirma que os fatos dificultam ainda mais um apoio do ex-presidente a uma candidatura ao Planalto de Tarcísio de Freitas. Segundo ele, o governador de São Paulo deverá tentar a reeleição, até para não ser obrigado a defender as posições de Bolsonaro.

Elogios

Para 44% dos ouvidos pela pesquisa Quaest, Lula e o PT atuam de maneira mais correta na crise do que Bolsonaro e aliados (29%). O percentual favorável aos petistas é de 37% entre os que não se dizem de esquerda ou de direita — destes, 20% elogiaram a atuação bolsonarista.

Erro

Detalhes da pesquisa revelam que 72% consideram errado que Trump imponha medidas contra o Brasil por acreditar que há uma perseguição a Bolsonaro. Para 57%, o líder norte-americano não tem direito de criticar o processo contra o ex-presidente.

Lula

O levantamento mostra que nem mesmo a maioria dos que se dizem bolsonaristas atribui a retaliação dos Estados Unidos aos problemas judiciais do ex-presidente. Para 44% desses entrevistados, as falas de Lula na reunião do Brics é que motivaram Trump.

Motivos

Outros 36% atribuíram a atitude do presidente norte-americano aos processos contra Bolsonaro (24%), às ações do Supremo Tribunal Federal que limitam a atuação de big techs (7%) e à influência de Eduardo Bolsonaro nos EUA (5%) — 20% não souberam responder.